

PLANO DE AÇÃO

e

RELATÓRIO ANUAL 2021/22

GRUPO DE TRABALHO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
PARA A SUSTENTABILIDADE – GTEAS

Autores:

Francisco Teixeira | APA

Helena Gil | DGE

Cristina Girão Vieira | ICNF, I.P.

Isabel Vicente | DGEstE

Lurdes Soares | APA

Sílvia Castro | DGE

Índice

1- INTRODUÇÃO.....	4
2- ENQUADRAMENTO	5
<i>Instrumentos estratégicos</i>	5
<i>Cooperação entre tutelas de Ambiente e de Educação</i>	8
3 - CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	9
<i>Direção-Geral da Educação</i>	9
<i>Agência Portuguesa do Ambiente</i>	11
<i>ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.</i>	12
<i>Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares</i>	13
4 - PLANO DE AÇÃO DO GTEAS	15
5 - REDE DE DOCENTES EM MOBILIDADE.....	20
<i>Processo de candidatura</i>	20
<i>Rede de docentes 2021-22</i>	21
6 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES	25
§ Participar nas ações desenvolvidas no âmbito das efemérides visando a implementação dos objetivos da EDS.....	25
§ <i>Apoiar a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades</i>	25
§ <i>Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável</i>	33
• <i>Estratégia Nacional de Educação Ambiental</i>	34
• <i>Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030) e Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)</i>	36
• <i>Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania</i>	42
§ <i>Divulgação e dinamização ações/atividades com vista à promoção e divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)</i>	43
§ <i>Participação no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na sua vertente de sensibilização e divulgação</i>	43
§ <i>Integração no "Grupo Reporting" para elaboração das Comunicações Nacionais e Relatório Bienal, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas</i>	44
§ <i>Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo ME-MA no ano letivo 2021/22</i>	45
7 - AVALIAÇÃO DOS DOCENTES EM MOBILIDADE	48
8 - CONCLUSÕES.....	49

1- INTRODUÇÃO

O Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (GTEAS) tem por missão o acompanhamento e a concretização das ações previstas no protocolo de cooperação estabelecido entre as tutelas da Educação e do Ambiente. Foi criado pelo Despacho n.º 19191/2009, de 19 de agosto, do Secretário de Estado do Ambiente e do Secretário de Estado da Educação.

O Grupo de Trabalho é composto por dois representantes da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Francisco Teixeira e Lurdes Soares, duas representantes da Direção-Geral da Educação (DGE), Helena Gil e Sílvia Castro, uma representante do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.), Cristina Girão Vieira, e uma representante da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), Isabel Vicente. A coordenação está a cargo de Francisco Teixeira, como representante da APA e de Helena Gil, como representante da DGE.

O Grupo de Trabalho deve submeter às respetivas tutelas a proposta de plano de ação anual e o respetivo relatório anual de ação, tarefa que se pretende assumir com o presente documento.

Para facilitar a leitura na elaboração deste documento optou-se por agregar o Plano de Ação e o Relatório, na sua forma final.

O ano letivo 2021-22 registou ainda diversas ações *online*, apesar de contar já com muitas atividades presenciais.

2- ENQUADRAMENTO

Instrumentos estratégicos

Os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** (ODS), fixados pela ONU, definem as prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030. Esta agenda é formada pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem ser implementados por todos os países, sendo assumidos como vetores de orientação das diferentes estratégias e medidas políticas.

Tendo em conta este quadro, a EA - educação ambiental requer uma dinâmica de continuidade e uma responsabilidade alargada. Torna-se, por conseguinte, indispensável que sejam assumidos compromissos nacionais persistentes aos diferentes níveis de atuação?

A **Estratégia Nacional de Educação Ambiental** (ENEA 2020), proposta pelas tutelas do Ambiente e da Educação e assumida pelo governo português, procura *Estabelecer um compromisso colaborativo, estratégico e de coesão na construção da literacia ambiental em Portugal que, através de uma cidadania inclusiva e visionária, conduza a uma mudança de paradigma civilizacional, traduzido em modelos de conduta sustentáveis em todas as dimensões da atividade humana* (in ENEA 2020, p. 14).

Enquadrando-se nos três pilares centrais da política ambiental nacional, i. e. *descarbonizar a sociedade, tornar a economia circular e valorizar o território*, a ENEA constitui-se, ainda, como oportunidade para valorizar o reconhecido trabalho já desenvolvido por diversas entidades em EA, agregando novos atores e fomentando parcerias. Para esse efeito, reconhecendo-se a necessidade de um funcionamento em políticas públicas preventivas foi concretizado um conjunto de medidas e ações envolvendo os diversos promotores de EA, enquadradas pelos objetivos estratégicos, *Educação Ambiental + Transversal, Educação Ambiental + Aberta, Educação Ambiental + Participada*.

Através dos seus três eixos temáticos a ENEA permitiu *abordar* 12 temas chave: Clima; Eficiência Energética; Mobilidade Sustentável; Desmaterialização, Economia Colaborativa e Consumo Sustentável; Conceção de Produtos e Uso Eficiente de Recursos; Valorização de Resíduos; Ordenamento do Território; Mar e Litoral; Água; Valores Naturais; Paisagem; Ar e Ruído.

Entre 2017 e 2022, enquanto documento estratégico, a ENEA contou com a publicação de 14 Avisos do Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente e da Ação Climática (MAAC) e do POSEUR, que garantiram uma diversidade de projetos/iniciativas de EA em todo o território.

Estes avisos abrangeram um vasto painel temático, que não só procurou criar oportunidades para debater distintas questões ambientais como esteve ao alcance de diversas entidades, desde empresas, escolas, universidades, autarquias, sociedade civil, entre outras.

Com a ENEA procurou-se concorrer de forma decisiva para a alteração de comportamentos dos portugueses, visando também a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

A **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade para 2030** (ENCNB 2030) assenta no reconhecimento de que o património natural português concorre, de forma decisiva, para a afirmação do país internacionalmente, contribuindo para a concretização de um modelo de desenvolvimento assente na valorização do seu território e valores naturais, nomeadamente através da valorização económica da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas, encarando-os como ativos estratégicos essenciais para a coesão territorial, social e intergeracional.

A **Estratégia Nacional para as Florestas** (ENF) considera fulcrais as “ações de sensibilização, promovidas pelo Estado e pelos vários agentes intervenientes, dirigidas à população em geral e a públicos específicos em particular, que promovam alterações de comportamentais que levem à redução do risco e à redução do número de ignições existente, [...] numa estratégia de redução de risco”. Considerando ainda que “assume particular relevo a necessidade de conceber e levar à prática um programa nacional de formação e sensibilização, dirigido aos diversos públicos-alvo, garantindo-se assim o aumento do conhecimento da sociedade portuguesa sobre a realidade florestal do País.”

A nível do currículo, as temáticas ambientais, nomeadamente as que se relacionam com a conservação e a biodiversidade, são abordadas nas **Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar** (OCEPE), na Área do Conhecimento do Mundo, integrando, igualmente, os documentos curriculares (Aprendizagens Essenciais), das áreas/disciplinas relacionadas com a Geografia e as ciências experimentais, dos ensinos básico e secundário. Em cada disciplina/área disciplinar, estas temáticas são trabalhadas em articulação com as aprendizagens preconizadas para a mesma, sempre que com elas se relacionem, numa perspetiva de interdisciplinaridade. No caso da disciplina ou componente disciplinar de Educação para a Cidadania estas temáticas devem ser trabalhadas de uma forma transdisciplinar e transversal. Os **projetos** desenvolvidos na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, e outros projetos realizados na escola, devem estar articulados entre si em consonância com a Estratégia de Educação para a Cidadania da escola e ser desenvolvidos, preferencialmente, em parceria com entidades da comunidade, podendo mesmo alargar-se a outras escolas numa perspetiva de trabalho em rede (ENEC, 2017).

No caso específico das Aprendizagens Essenciais da área das ciências, a ênfase é colocada na relação **Ciência-Tecnologia-Sociedade-Ambiente**, sendo esta a matriz integradora desses programas. Neste âmbito, são preconizados muitos temas que se relacionam com as problemáticas ambientais mais prementes, designadamente as que se relacionam com a conservação da natureza e a biodiversidade, entre muitas outras. Pretende-se, assim, que os alunos desenvolvam competências que lhes permitam mobilizar saberes para intervir em processos de decisão relativos à utilização sustentada dos recursos naturais do planeta Terra, numa perspetiva de cidadania democrática. Estes documentos curriculares têm subjacente a ideia de que atualmente as áreas científicas são cruciais para o exercício de uma cidadania responsável, face à necessidade de compreender problemas e tomar decisões fundamentadas sobre questões que afetam a sociedade e os ecossistemas.

A componente curricular **Educação para a Cidadania**, no domínio da educação ambiental e no domínio da educação para a sustentabilidade, integra temáticas relativas **à produção e consumo sustentáveis, território e paisagem, alterações climáticas, biodiversidade, energia, água, água, solos, bem-estar animal entre outras.**

As atuais políticas educativas pressupõem que uma educação de qualidade para todas e todos deve ter em consideração os desafios colocados à sociedade atual relativamente a múltiplos aspetos, nomeadamente a sustentabilidade, a interculturalidade, a identidade e segurança, a participação na vida democrática, a inovação e a criatividade e os impactos da ciência e da tecnologia na sociedade, entre muitos outros. À escola cabe, assim, dar resposta a estes desafios, preparando as crianças e os jovens para, enquanto cidadãos conscientes e informados, intervirem nos processos de tomada de decisão que se relacionam com as exigências do mundo atual.

O documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória constitui-se como um referencial para o trabalho a realizar em cada escola, tendo em consideração os desafios sociais e económicos do mundo atual. Neste sentido, preconiza uma educação escolar assente numa cultura científica e artística de base humanista, mobilizando valores e competências que lhes permitam intervir na dinâmica da sociedade atual, tomando decisões livres e fundamentadas sobre as questões naturais, sociais e éticas que se lhes colocam.

Neste contexto, foi elaborada a **Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania** (ENEC), que “integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que, no futuro, sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização

de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor” (in ENEC, 2017).

Ancorada em documentos internacionais e nacionais de referência relativamente à educação para a cidadania, esta estratégia preconiza uma componente curricular de **Cidadania e Desenvolvimento** em que as e os alunos realizam aprendizagens conducentes à sua formação enquanto cidadãos ativos, numa perspetiva democrática, respeitadores da diversidade e dos direitos humanos, com vista ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os diferentes **domínios** da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos, sendo que a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável fazem parte do 1.º grupo, cujos temas são sendo domínios obrigatórios de ser trabalhados para em todos os níveis e ciclos de escolaridade.

Relativamente a estas áreas, têm vindo a ser produzidos, por parte da Direção-Geral da Educação, em colaboração com diversas entidades parceiras públicas e da sociedade civil, documentos que se podem constituir como referenciais apoio na abordagem dos diferentes domínios de cidadania. Neste domínio, destaca-se o **Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade**.

As diferentes estratégias e outros documentos aprovados permitem promover e reforçar os processos de educação e cidadania ambiental. Com efeito, o exercício de boas práticas ambientais e a participação pública proporcionam à população a aquisição de conhecimentos e capacidades que lhe permitam intervir, individual e coletivamente, na prevenção e resolução dos problemas ambientais.

Cooperação entre tutelas de Ambiente e de Educação

Os ministérios que tutelam a Educação e o Ambiente celebraram, em 1996, um **protocolo de cooperação**, renovado em 2005, que se constituiu como um importante instrumento de promoção da educação ambiental em Portugal e se concretizou, através de diversas parcerias quer em múltiplos programas quer na criação de uma rede de professores com competências técnico-pedagógicas para a coordenação e dinamização de projetos desenvolvidos em articulação com as ONGA.

Esta cooperação deu origem a uma **Rede de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental**, constituída por **10 docentes** no ano letivo de 2021-22.

Os docentes requisitados em mobilidade estatutária são interlocutores privilegiados das estratégias nacionais e internacionais neste domínio, afirmando-se como promotores decisivos de práticas demonstrativas de uma cidadania ativa, partindo do contexto das comunidades escolares.

Abrangida pela continuidade deste protocolo, ao longo dos últimos anos, a bolsa de docentes tem permitido a difusão de experiências inovadoras na realização de projetos de educação ambiental, graças a parcerias entre as escolas, o poder local, as organizações não-governamentais e outras entidades de âmbito local, regional e nacional, sob a coordenação e/ou acompanhamento das e dos profissionais da educação e de especialistas nas áreas do Ambiente.

É de salientar, ainda, o contributo decisivo para a formação de docentes, de diversos níveis de educação e de ensino, bem como, para o alargamento da educação ambiental aos cidadãos em geral, através de um trabalho de intervenção e dinamização local, regional e nacional.

3 - CONTEXTO INSTITUCIONAL

Direção-Geral da Educação

A Direção-Geral da Educação (DGE), cuja orgânica foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 14/2012, de 20 de janeiro, na sua redação atual, é o serviço central da administração direta do Estado de execução das políticas relativas às componentes curricular e pedagógica da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário e da educação extraescolar, bem como de apoio técnico à sua formulação, incidindo, sobretudo, nas áreas do desenvolvimento curricular, dos instrumentos de ensino e avaliação e dos apoios e complementos educativos.

Neste âmbito, a DGE é o organismo central do Ministério de Educação responsável pelas áreas de orientação e coordenação no âmbito curricular, cujas competências assumem expressão a nível do desenvolvimento, não só do currículo mas também da orientação e da produção de materiais de apoio, que se mostrem pertinentes à execução dos objetivos preconizados no *Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

A Direção-Geral da Educação estrutura-se em diferentes unidades orgânicas, incluindo a Direção de Serviços dos Projetos Educativos (DSPE), à qual, entre outras funções, compete assegurar o desenvolvimento curricular na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, no que concerne à educação para a cidadania e à componente curricular Cidadania e Desenvolvimento; e reforçar o apoio às escolas na promoção da autonomia e na gestão do currículo nacional, no sentido da melhoria dos resultados da aprendizagem dos alunos, da sua inclusão e participação social.

Outra das unidades orgânicas da DGE, a Direção de Serviços de Desenvolvimento Curricular (DSDC) tem, entre várias, a atribuição de “desenvolver os currículos e os programas das disciplinas, as orientações relativas às áreas curriculares não disciplinares, bem como propor a respetiva revisão em coerência com os objetivos do sistema

educativo”. Neste âmbito, a DGE tem vindo a promover a integração da educação ambiental para a sustentabilidade nas Aprendizagens Essenciais das várias disciplinas. Por exemplo, nos documentos curriculares da área das ciências experimentais preconiza-se o desenvolvimento de aprendizagens dirigidas para a educação científica dos cidadãos, com a finalidade de preparar os jovens para enfrentarem com confiança as questões científicas e tecnológicas que se colocam no mundo atual. Entende-se que as aprendizagens desenvolvidas nas disciplinas da área das ciências permitem compreender o valor instrumental e a aplicabilidade dos conhecimentos científicos e tecnológicos no domínio das problemáticas ambientais, sem excluir a importância da reflexão sobre os desafios de natureza social, económica e ética que o desenvolvimento científico e tecnológico desencadeiam.

Neste contexto, assume particular importância a Rede de Clubes Ciência Viva na Escola (CCVnE). Esta iniciativa resulta de uma parceria, estabelecida entre a Direção-Geral da Educação e a Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica. Os CCVnE assentam num conceito dinâmico e plural, enquanto estruturas de ciência e conhecimento adaptadas às características específicas das organizações parceiras que as constituem e do meio social e cultural em que se inserem. Neste sentido, promovem a articulação entre o ensino formal e não formal, entre ciclos de escolaridade, entre disciplinas e entre escolas, gerando lógicas organizativas mais flexíveis, bem como a abertura da Escola à comunidade local, através do incentivo ao estabelecimento de parcerias com instituições científicas e de ensino superior, autarquias, centros Ciência Viva, empresas com I&D, museus e outras instituições culturais. Constituem, assim, um ambiente privilegiado para a exploração prática das ciências em diferentes áreas temáticas, no âmbito das quais, as problemáticas ambientais têm vindo a assumir particular relevância, já que são muitos os projetos ambientais que se desenvolvem nestes espaços de ciência.

No que se refere à educação ambiental, enquanto domínio da educação para a cidadania, compete à DGE assegurar a sua implementação, em conformidade com o *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* e a *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania* (ENEC), tendo em consideração os compromissos assumidos no âmbito da ENEA e a articulação com os documentos curriculares, numa perspetiva de currículo integrador.

Com a finalidade de conceber documentação de apoio, no âmbito da Educação para a Cidadania nomeadamente, na área da Educação Ambiental, foi elaborado o *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade*, sob coordenação da DGE, em parceria com várias instituições, algumas das quais integram o GTEAS (APA e DGEstE). O Referencial, não prescritivo e de natureza flexível, pode ser usado em contextos diversos no seu todo ou em parte, no quadro da dimensão transversal através do desenvolvimento de projetos

e iniciativas que tenham como objetivo contribuir para a formação pessoal e social das e dos alunos. Este documento foi apresentado publicamente em 20 de abril de 2018, encontrando-se acessível no *site* da DGE e da APA.

No que se refere à educação ambiental para a sustentabilidade, num contexto mais lato da educação para a cidadania, compete à DGE garantir que esta área tenha expressão no currículo e que os projetos de educação ambiental para a sustentabilidade desenvolvidos com, e nas escolas, se articulem de forma coerente com o mesmo e com os objetivos curriculares definidos para o sistema de ensino.

Agência Portuguesa do Ambiente

A [Lei nº 19/2014](#), de 14 de abril, que define as Bases da Política do Ambiente (Capítulo I, artigo 4.º), nos seus Princípios das políticas públicas ambientais estipula:

d) Da educação ambiental, que obriga a políticas pedagógicas viradas para a tomada de consciência ambiental, apostando na educação para o desenvolvimento sustentável e dotando os cidadãos de competências ambientais num processo contínuo, que promove a cidadania participativa e apela à responsabilização, designadamente através do voluntariado e do mecenato ambiental, tendo em vista a proteção e a melhoria do ambiente em toda a sua dimensão humana;

e) Da informação e da participação, que obrigam ao envolvimento dos cidadãos nas políticas ambientais, privilegiando a divulgação e a partilha de dados e estudos, a adoção de ações de monitorização das políticas, o fomento de uma cultura de transparência e de responsabilidade, na busca de um elevado grau de respeito dos valores ambientais pela comunidade, ao mesmo tempo que assegura aos cidadãos o direito pleno de intervir na elaboração e no acompanhamento da aplicação das políticas ambientais.

No seu artigo 6º - Direitos procedimentais em matéria de ambiente estipula:

Todos gozam dos direitos de intervenção e de participação nos procedimentos administrativos relativos ao ambiente, nos termos legalmente estabelecidos.

Em especial, os referidos direitos procedimentais incluem, nomeadamente:

a) O direito de participação dos cidadãos, das associações não-governamentais e dos demais agentes interessados, em matéria de ambiente, na adoção das decisões relativas a procedimentos de autorização ou referentes a atividades que possam ter impactes ambientais significativos, bem como na preparação de planos e programas ambientais.

Para este efeito, a APA assume nos seus Estatutos ([Portaria nº 108/2013, de 15 de março](#)) um Departamento onde as temáticas da educação ambiental, da comunicação e formação, da participação pública e do acompanhamento às ONGA estão em destaque, em que se insere a Divisão de Cidadania Ambiental que promove e acompanha particularmente a supervisão e apoio no domínio da educação ambiental.

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.

Segundo o [Decreto-Lei nº 43/2019](#), de 29 de março, alterado pelo [DL nº 46/2021](#), de 11 de junho, o ICNF, I.P. tem por missão “propor e executar políticas integradas de ordenamento e gestão do território, em articulação com entes públicos e privados, nos domínios da conservação da natureza, da biodiversidade, das florestas e competitividade das fileiras florestais, e assegurar a gestão dos fogos rurais, bem como definir, executar e avaliar políticas de bem-estar, detenção, criação, comércio e controlo de animais de companhia, ouvida a autoridade sanitária veterinária nacional no âmbito das suas competências e salvaguardadas as orientações desta autoridade em matéria de saúde animal.”

Possui, ainda, várias atribuições relacionadas com as questões da sensibilização, informação, formação e educação ambiental destacando-se:

- *promover e desenvolver a informação e sensibilização das populações, dos agentes e das organizações na área da conservação da natureza e da biodiversidade e florestas, incrementando a consciencialização coletiva da importância dos valores naturais (in DL n.º 43/2019, Artigo 4.º- alínea bb).*

A representação do ICNF, I.P. no GTEAS é assegurada pelo Departamento de Conservação da Natureza e da Biodiversidade através da Divisão de Apoio à Gestão de Áreas Classificadas (DAGAC), competindo a esta e segundo a [Deliberação \(extrato\) n.º 906/2021](#), de 31 de agosto, artigo 5º, ponto 2, alínea n:

“coordenar, acompanhar e avaliar ao nível nacional o desenvolvimento de projetos de intervenção no âmbito da animação, educação e da sensibilização para a conservação da natureza e da biodiversidade”.

Em 2021 e 2022, foram assinados mais alguns protocolos de cogestão de várias áreas protegidas ([Decreto-Lei nº 116/2019, de 21 de agosto de 2019](#)) visando uma gestão mais próxima das populações, pelo que a comissão de cogestão de cada área fica responsável por:

- viabilizar ações de promoção ambiental, económica e social, de sensibilização e comunicação, através da elaboração e execução dos instrumentos de cogestão na área protegida;
- estimular a participação e a iniciativa da sociedade civil, designadamente através de ações de sensibilização e de projetos educativos; e
- comunicar com todas as entidades públicas e privadas envolvidas na proteção e valorização do capital natural, interpretando e divulgando os principais atributos existentes na área protegida, e sensibilizar para as formas mais adequadas de os preservar e valorizar.

O plano de cogestão de cada área protegida define ainda:

- as medidas e ações a implementar com vista a sensibilizar as populações e melhorar a comunicação com todos os interlocutores e utilizadores; e
- a informação e sensibilização sobre os recursos naturais existentes e sobre boas práticas e usufruição do território.

O ICNF, I.P. desenvolve um conjunto de projetos e ações de educação ambiental, preferencialmente em parceria com atores locais e regionais, nomeadamente estabelecimentos de ensino, autarquias, ONG e empresas. Incluem-se ações de reflorestação, controlo de espécies invasoras, visitas guiadas, “webinares”, voluntariado, projetos e ações específicas de educação ambiental dirigidas às escolas, nas quais se integram p. ex. os projetos **O ICNF vai à escola** e o **EscolaNatura**.

Em colaboração com as várias entidades parceiras do GTEAS e outras, o ICNF, I.P. continua a apostar na educação ambiental e a promover ações informativas e educativas sobre conservação da natureza, boa gestão da floresta, bem-estar animal e restantes temáticas da sua missão.

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

A Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE), cuja estrutura orgânica foi aprovada pelos Decretos-Lei n.º 266-F/2012 e n.º 266-G/2012, de 31 de dezembro, é um serviço central de administração direta do Estado dotada de autonomia administrativa.

A DGEstE dispõe de cinco unidades orgânicas desconcentradas, de âmbito regional, com a designação de Direção de Serviços Região Norte, Direção de Serviços Região Centro, Direção de Serviços Região Lisboa e Vale do Tejo, Direção de Serviços Região Alentejo e Direção de Serviços Região Algarve, sediadas, respetivamente, no Porto, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro.

A DGEstE tem por missão garantir a concretização regional das medidas de administração e o exercício das competências periféricas relativas às atribuições do Ministério da Educação, sem prejuízo das competências dos restantes serviços centrais, assegurando a orientação, a coordenação e o acompanhamento das escolas, promovendo o desenvolvimento da respetiva autonomia, cabendo-lhe ainda a articulação com as autarquias locais, organizações públicas e privadas nos domínios de intervenção no sistema educativo, visando o aprofundamento das interações locais e o apoio ao desenvolvimento das boas práticas na atuação dos agentes locais e regionais da educação, bem como assegurar o serviço jurídico-contencioso decorrente da prossecução da sua missão.

A DGEstE prossegue, entre outras, as seguintes atribuições:

- ❖ *Assegurar a execução das políticas educativas definidas no âmbito do sistema educativo de forma articulada pelas diversas circunscrições regionais;*
- ❖ *Acompanhar, coordenar e apoiar a organização e funcionamento das escolas e a gestão dos respetivos recursos humanos e materiais, promovendo o desenvolvimento e consolidação da sua autonomia;*
- ❖ *Prestar apoio e informação aos utentes do sistema educativo, em particular aos alunos e encarregados de educação, às entidades e agentes locais;*
- ❖ *Participar no planeamento da rede escolar;*
- ❖ *Assegurar a concretização da política nacional no domínio das instalações e equipamentos escolares;*
- ❖ *Divulgar aos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas as orientações e a informação técnica dos serviços do Ministério da Educação;*
- ❖ *Recolher as informações necessárias à conceção e execução das políticas de educação e formação;*
- ❖ *Acompanhar os procedimentos e as atividades desenvolvidas no âmbito do sistema educativo respeitantes ao controlo da qualidade do ensino; e*
- ❖ *Cooperar com outros serviços, organismos e entidades, tendo em vista a realização de ações conjuntas em matéria de educação e formação profissional.*

4 - PLANO DE AÇÃO DO GTEAS

Nos termos do consignado no Despacho n.º 19191/2009, de 19 de agosto, o Grupo de Trabalho de Educação Ambiental para a Sustentabilidade deve elaborar e submeter à apreciação das respetivas tutelas uma proposta de Plano de Ação Anual.

Assim, para o ano 2021/2022 definiram-se como **eixos estratégicos** para o referido plano:

1. promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal;
2. promover iniciativas no âmbito das quais a Educação Ambiental para a Sustentabilidade seja o foco das atividades a desenvolver;
3. conceber estratégias para que as e os educadores/professores introduzam a educação ambiental para a sustentabilidade nas suas práticas pedagógicas;
4. incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável; e
5. assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com as escolas.

E definiram-se os seguintes **objetivos**:

- ❖ participar nas ações/projetos/atividades que promovem a implementação dos princípios da EDS;
- ❖ apoiar a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades;
- ❖ contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável;
- ❖ acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo entre as tutelas do ambiente e educação no ano letivo 2021-22, incluindo a participação nas ações aqui discriminadas.

Objetivo 1: participar nas ações/projetos/atividades que promovem a implementação dos princípios da EDS

Eixo Estratégico 1: promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal

Parcerias: DGE, DGEstE, outras tutelas, sociedade civil

Ações/Atividades	Calendarização
Década Internacional para a Ação: Água para o Desenvolvimento Sustentável	2018-2028
Ano Internacional do Vidro	2022
Ano Europeu da Juventude	2022
Ano Internacional das Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável	2022
Década das Nações Unidas para o Restauro dos Ecossistemas	2021-2030
A Terra Treme	Ao longo do ano (a 9 de novembro com simulação em todas as escolas)



Objetivo 2: apoiar a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades

Eixo Estratégico 2: promover iniciativas no âmbito das quais a educação ambiental para a sustentabilidade seja o foco das atividades a desenvolver pelas e pelos docentes

Eixo Estratégico 3: incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável

Eixo Estratégico 4: assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com e nas escolas

Parcerias: projetos / programas / representações da responsabilidade de cada entidade que compõe o GTEAS, com ou sem parcerias

Ações/Atividades	Calendarização
Desenvolvimento dos planos de ação das diferentes entidades representadas no GTEAS	Ao longo do ano
Programa "AdaPT" ao abrigo dos EEA Grants : preparação e disseminação de informação climática, incluindo tendências passadas, novos cenários IPCC e regionalização da informação climática	Ao longo do ano

Objetivo 3: Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Eixo Estratégico 1: promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal

Eixo Estratégico 2: promover iniciativas no âmbito das quais a educação ambiental para a sustentabilidade seja o foco das atividades a desenvolver pelas e pelos docentes

Eixo Estratégico 3: incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável

Parcerias: APA, DGE, DGEstE, ICNF, I.P., Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas / Fundo Português de Carbono, Grupo **Reporting**, sociedade civil

Ações/Atividades	Calendarização
Divulgação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	Ao longo do ano
Estratégia Nacional de Educação Ambiental (ENEA)	Ao longo do ano
Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC)	Ao longo do ano
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB 2030)	Ao longo do ano
Estratégia Nacional para as Florestas	Ao longo do ano
Referencial para a Educação Ambiental	Ao longo do ano
Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória	Ao longo do ano
Participação no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na sua vertente de sensibilização e divulgação	Ao longo do ano
Integração no “Grupo Reporting” para a elaboração de relatórios no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas	Ao longo do ano



Objetivo 4: acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo entre as tutelas do ambiente e educação no ano letivo 2021-22, incluindo a participação nas ações aqui discriminadas.

Eixo Estratégico 1: promover a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável através do ensino formal, não formal e informal

Eixo Estratégico 3: incrementar conteúdos e ações de divulgação e de promoção da educação ambiental e da educação para o desenvolvimento sustentável

Eixo Estratégico 4: assegurar a informação, sensibilização e participação do público, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil, através dos projetos desenvolvidos com e nas escolas

Parcerias: APA, DGE, ICNF, I.P., DGEstE

Docentes: Ana Esteves (SPEA) | Carla Pacheco (GEOTA) | Jorge Fernandes – (LPN) | Clarisse Ferreira - Tagis | Susana Neves - SPBotânica | Paula Banza – A Rocha | Margarida Gomes (ABAE) | Joaquim Pinto (ASPEA) | Isabel Fernandes - FAPAS | José Janela (Quercus)

Ações/Atividades	Calendarização
Orientar e participar na implementação dos planos de ação EAS e respetivos relatórios das e dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo entre as tutelas da educação e do ambiente.	Ao longo do ano
Divulgação das atividades implementadas pelos professores destacados em mobilidade estatutária	Ao longo do ano
Exposição de Divulgação dos Projetos de EAS	Ao longo do ano
Seminário Nacional Eco-Escolas (virtual)	4 e 5 de fevereiro
Seminário Nacional JRA - Jovens Repórteres para o Ambiente, Braga	26 e 27 de novembro
XXVIII Jornadas Pedagógicas de Educação Ambiental, Almada	8 a 10 de abril
Projeto Rios	Ao longo do ano
Conferências da Natureza	12 fevereiro a 2 de abril
Insetos: agentes naturais promotores de biodiversidade	28 de maio e 11 de junho 2022
Campanha SOS polinizadores	Ao longo do ano
Webinar <i>Greencork</i> "o vidro, a cortiça e os ODS"	Junho 22
Dinamização das atividades de EA a submeter ao Programa "Escola Azul"	Ao longo do ano
Dinamização de ações de formação para professores	Ao longo do ano
Dinamização do Centro Ecológico Educativo do Paul da Tornada, Professor João Evangelista	Ao longo do ano
32º Seminário <i>Coastwatch</i> 2022 "Emergência Oceano"	14 a 16 de julho 2022
Curso de Formação Contínua de Professores	Ao longo do ano
Projeto Despertar para a Natureza	Ao longo do ano
Videoblog - Insetos em Rede	Ao longo do ano letivo
Biodiversidade na cidade e no pátio da escola	Ao longo do ano
Trilhos da Biodiversidade	Ao longo do ano
Projeto - Fascínio das Plantas - Escolas	Ao longo do ano
Microplásticos e o Lixo no Mar	Ao longo do ano
Os habitats da ria de Alvor	Ao longo do ano

5 - REDE DE DOCENTES EM MOBILIDADE

Os Ministérios que tutelam a Educação e o Ambiente mantêm, desde 1996, um Protocolo de Cooperação que se constitui como um importante instrumento de promoção da educação ambiental em Portugal. Esta colaboração permitiu a promoção de diversas iniciativas, o reconhecimento de projetos, a inserção de conteúdos nos *currícula* escolares e a criação de uma rede de professores com competências técnico-pedagógicas para a coordenação e dinamização de projetos junto das comunidades educativas desenvolvidos em articulação com ONGA - organizações não-governamentais de ambiente.

A constituição desta rede de docentes ocorre através de candidatura à mobilidade de docentes, assumida pela APA junto da DGAE - Direção-Geral de Administração Escolar do Ministério da Educação e que envolve parecer da DGE. Tal candidatura da APA é antecedida por uma manifestação de interesse apresentada pelas ONGA que compreende a assunção de um perfil e conjunto de compromissos que permitam a viabilização de um plano de ação com abrangência nacional.

Existe um compromisso de princípio no reconhecimento deste relevante instrumento e na sua continuidade ao longo dos anos.

Processo de candidatura

O processo de candidatura dos docentes em mobilidade ocorre na observância do quadro de critérios aprovado pelo GTEAS. O procedimento desenvolve-se no cumprimento das regras estabelecidas para a mobilidade estatutária dos docentes do quadro do Ministério da Educação.

Assim, após a receção da informação da DGAE – Direção-Geral da Administração Escolar, sobre a abertura do período de candidatura, a APA dá início aos procedimentos definidos:

1. envia comunicação a todas as ONGA, com registo ativo no RNOE, com o objetivo de averiguar do seu interesse na candidatura ao processo de mobilidade estatutária, assim como obter os elementos tidos por convenientes para a sua melhor apreciação, contidos no formulário *online* criado para o efeito (o formulário resulta da metodologia adotada e permite a elaboração duma lista seriada de candidatura de ONGA ponderada com o perfil do docente proposto. O resultado é obtido através da ponderação de 65% relativo à caracterização da ONGA e 35% ao perfil do docente);

2. avalia as candidaturas recebidas e faz seriação das primeiras 10, tal como definido na informação previamente enviada às ONGA;
3. após a seleção, a APA envia a lista final a todas as ONGA inscritas no RNOE (consulta aos interessados);
4. a APA envia a todos os docentes identificados pelas ONGA a informação e solicita por *e-mail* a confirmação de interesse individual na candidatura;
5. após a receção de toda a informação, a APA insere os dados na plataforma da DGAE;
6. a DGAE envia as propostas da APA à DGE, para parecer;
7. este parecer é enviado novamente à DGAE que toma a decisão quanto à aceitação e divulga os resultados; e
8. a aprovação final é sempre da responsabilidade da DGAE/ Ministério da Educação.

Rede de docentes 2021-22

No ano letivo 2021-22, a Rede de Docentes de Professores Coordenadores de Projetos de Educação Ambiental contou com **dez** docentes, alocados em igual número de ONGA.

O trabalho desenvolvido por esta rede de docentes continuou a refletir as boas práticas de educação ambiental dirigidas às comunidades escolares e aos diferentes níveis de educação e ensino.

Acumulando as vantagens de possuírem formação técnica e pedagógica, estes docentes têm-se constituído como elos de ligação entre a administração central e local, a sociedade civil e, particularmente, as escolas, onde os projetos têm crescido em quantidade e qualidade, graças também ao incremento da formação e ao incentivo e aumento das competências interpares.

As e os docentes requisitados em mobilidade estatutária são interlocutores privilegiados das estratégias nacionais e internacionais neste domínio, afirmando-se como promotores decisivos de uma cidadania ativa no contexto das comunidades escolares.

<https://enea.apambiente.pt/content/enquadramento-3?language=pt-pt>



Ana Esteves
SPEA | Sociedade Portuguesa para o
Estudo das Aves
Lisboa

Carla Pacheco
GEOTA | Grupo de Estudos de Ordenamento do
Território e Ambiente
Caldas da Rainha



Clarisse Ferreira
Tagis | Centro de Conservação das
Borboletas de Portugal
Lisboa

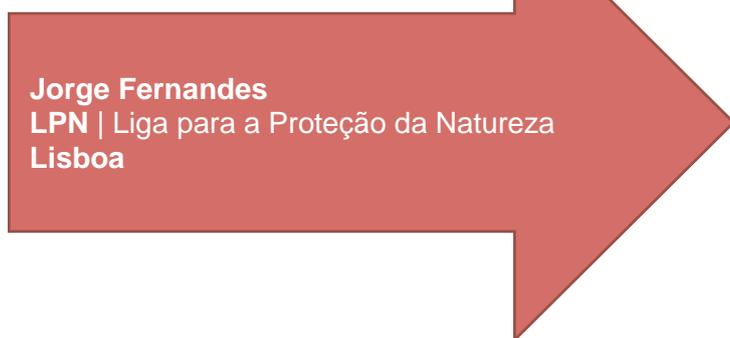
Isabel Fernandes
FAPAS | Associação Portuguesa para a
Conservação da Biodiversidade
Porto





Joaquim Ramos Pinto
ASPEA | Associação Portuguesa
de Educação Ambiental
Aveiro

23



Jorge Fernandes
LPN | Liga para a Proteção da Natureza
Lisboa



José Janela
QUERCUS | Associação Nacional
de Conservação da Natureza
Portalegre

Margarida Gomes
ABAE | Associação Bandeira Azul da Europa
Lisboa



24



**Paula Banza
A Rocha** | Associação Cristã de
Estudos e Defesa do Ambiente
Portimão

Susana Neves
SPB | Sociedade Portuguesa de Botânica
Lisboa



6 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Ao longo do ano letivo 2021-22 foram diversas as ações desenvolvidas, direta e indiretamente, com as comunidades escolares, pelas quatro instituições que integram o GTEAS (APA, DGE, DGEstE e ICNF, I.P.).

Este relatório não inclui, naturalmente, toda a atividade que cada uma das instituições promove e realiza por si própria nesta área.

§ Participar nas ações desenvolvidas no âmbito das efemérides visando a implementação dos objetivos da EDS

O ano letivo 2021-22 contou com a normalização das ações e eventos em formato presencial, não obstante a forma virtual ter sido igualmente uma alternativa ou complemento para atingir os objetivos definidos.

O tema dos *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*, definidos pela ONU, continuou a ser trabalhado, de acordo com as diferentes atividades e ações previstas.

Relativamente às diferentes efemérides a comemorar em 2021 e 2022, embora com alguns constrangimentos, foi possível focar as temáticas definidas:

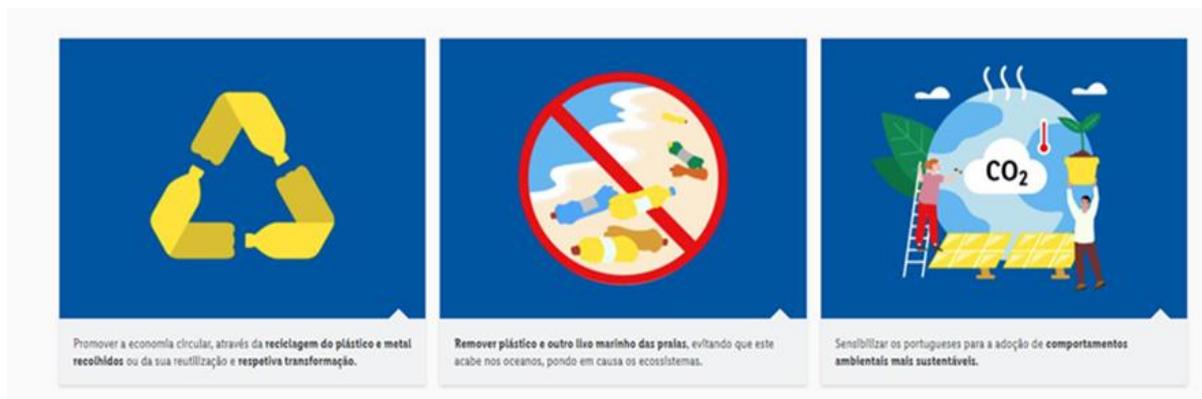
- ❖ 2022 - Ano Internacional das Ciências Básicas para o Desenvolvimento Sustentável;
- ❖ Década das Nações Unidas para a Recuperação / o Restauro dos Ecossistemas / 2021-2030;
- ❖ Década Internacional para a Ação: Água para o Desenvolvimento Sustentável / 2018-2028; e
- ❖ 2022 - Ano Europeu da Juventude (AEJ).

§ Apoiar a realização e a promoção de projetos a nível internacional, nacional, regional e local, de EAS, que envolvam autarquias, associações empresariais, ONG e outras entidades

As diferentes entidades representadas no GTEAS promoveram ou apoiaram projetos de EAS em múltiplas vertentes, recorrendo a metodologias e instrumentos diversos.

A título de exemplo, apresentam-se alguns dos projetos mais emblemáticos acompanhados pelas diferentes entidades que compõem o GTEAS.

• Projeto TransforMAR



A 5ª edição do TransforMAR esteve em 20 praias, marítimas e fluviais, sensibilizando os veraneantes para a importância de uma boa conduta ambiental.

Em 5 anos o projeto TRANSFORMAR permitiu RECOLHER e RECICLAR mais de 110 toneladas de plástico das praias portuguesas.

Objetivos

- ❖ Promover a economia circular, através da reciclagem do plástico e metal recolhidos ou da sua reutilização e respetiva transformação.
- ❖ Remover plástico e outro lixo marinho das praias, evitando que este acabe nos oceanos, pondo em causa os ecossistemas.
- ❖ Sensibilizar os portugueses para a adoção de comportamentos ambientais mais sustentáveis.

O projeto é uma iniciativa do Lidl Portugal, do Electrão e da Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE). A 5ª edição foi desenvolvida com a [ABAE](#), que garantiu a qualidade e licenciamento das praias identificadas, a [Marinha](#), que fez, em conjunto com a Polícia Marítima, a ações de limpeza e recolha de redes de pesca em alto mar e a [Brigada do Mar](#), que realizou ações de remoção de lixo marinho em zonas de elevado potencial de contaminação dos oceanos.

O projeto contou ainda com o apoio institucional da [Agência Portuguesa do Ambiente \(APA\)](#) e da [Quercus](#).

- **Turma Imbatível**



É um [projeto do Lidl](#) desenvolvido em parceria com a Direção-Geral da Educação, a Direção-Geral da Saúde, a Agência Portuguesa do Ambiente e a Associação Nacional de Produtores de Pera Rocha, e cujo objetivo é sensibilizar os mais novos para a importância de estilos de vida sustentáveis.

Dando continuidade ao seu programa educativo destinado às crianças do 1º Ciclo do Ensino Básico - 'Turma Imbatível' -, o Lidl regressou às escolas nacionais de norte a sul do país promovendo comportamentos mais responsáveis e sustentáveis junto dos mais novos, ensinando-os a cuidar melhor da sua alimentação e do Planeta de forma lúdica e divertida. Desde 2011, este programa já impactou mais de 100.000 alunos do 1º ciclo e 720 escolas

Em 2022, foram entregues os cadernos de histórias a 112 escolas que participaram no projeto, permitindo impactar 13 860 alunos de 658 turmas, nos 18 distritos do país.



• **Movimento Educativo Galp**



O [Movimento Educativo Galp](#) é promovido pela Fundação GALP e tem por objetivos:

- sensibilizar as crianças para o desenvolvimento sustentável;
- envolver crianças e jovens, professores(as), voluntários(as) e parceiros, para terem um impacto real e positivo na sociedade; e
- desafiar as gerações futuras a observar e procurar soluções sustentáveis para problemas que identifiquem nas suas comunidades, com base nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda – ODS.



O *Future Up* é um projeto Educativo Galp que desafia todos a aprender, a agir, a ensinar e a participar ativamente nos temas da sustentabilidade, da energia e do planeta, trazendo novas ideias, novas soluções e um novo futuro pela frente.

O movimento educativo *Future Up* da Fundação Galp, com os seus parceiros, [APA](#), [ADENE](#), [DGEG](#) e [DGE](#) e ainda com a participação da [Quercus](#) e da [EI - Energia Independente](#), lançou um prémio acessível a todas as

escolas do ensino básico e secundário de Portugal.

O Prémio Escolas *Future Up* premeia as escolas que tenham desenvolvido (nos últimos 5 anos) projetos exemplares em matéria de energia sustentável, seja para potenciar o consumo mais eficiente de energia ou a mobilidade sustentável, alavancando a importância de uma utilização responsável dos recursos energéticos do nosso planeta.



A grande vencedora do Prémio *Energy Up* 2022 foi a Escola 2/3 D. Francisco Manuel de Melo, Amadora.

• Projeto Missão 360 - Defender a Terra é o nosso Papel

A [Missão 360](#) é um projeto pedagógico de sensibilização ambiental promovido pela CELPA – Associação da Indústria Papeleira, que conta com o apoio da APA e DGEstE. É dirigido às crianças dos 1º e 2º ciclos do ensino básico e às suas comunidades educativas

Objetivos da 4ª edição:

- promover o tema da **Economia Circular**, focando a **Circularidade do Papel** e revelando o funcionamento da indústria papeleira neste âmbito;
- destacar a **gestão sustentável das florestas** incentivando ao uso de materiais naturais, renováveis, recicláveis e biodegradáveis, nomeadamente nos desafios propostos;
- disponibilizar **recursos educativos** desenvolvidos com as parcerias e que contribuam para a promoção de atitudes, valores e competências imprescindíveis que respondam aos desafios da sociedade; e
- promover as metas e enquadrar os conceitos definidos pelos **ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** no currículo educativo.



29

Ano letivo 2021-22 em números:



Os vencedores do Concurso do ano 21-22 foram:

- Jardim de Infância de Caceira, Figueira da Foz;
- Centro Escolar de Montalvo, Constância; e
- Escola Básica Leão de Arroios, Lisboa; e
- Jardim de Infância de Ferreira-a-Nova, Figueira da Foz

- **A Raposa Chama**



Com o fogo não se brinca é o mote do Projeto [“A Raposa Chama”](#)

Mais do que um projeto, é um movimento coletivo e inclusivo, desenhado para chegar a todas as crianças e jovens, entre os 5 e os 12 anos, através da escola, dos professores, da família e de toda a comunidade. Com a chancela da

República Portuguesa e colaboração do Ministério da Educação, DGE e DGEstE, o objetivo é sensibilizar e educar as crianças e jovens para os comportamentos de risco de incêndio, acreditando que no presente podem ter o papel crucial de sensibilizar os adultos, principalmente através da sua rede familiar.

Ao longo de todo o ano, o projeto promove diversas ações e atividades, com especial proximidade junto da comunidade escolar através da formação de docentes, workshops, desafios, passatempos, teatros e divulgação de conteúdos pedagógicos junto das escolas.

- **A Maior Lição do Mundo – 2021/2022**

A ação climática

[A Maior Lição do Mundo](#) (AMLM) é uma iniciativa internacional que conta com o apoio da UNICEF. Pretende dar a conhecer os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a todas as crianças e jovens e promover uma cidadania global ativa e uma maior consciencialização sobre o papel de cada um na construção de um mundo mais seguro, mais saudável e mais sustentável.



No ano letivo de 2021/2022, as escolas foram convidadas a desenvolver projetos em torno da ação climática, no âmbito das respetivas Estratégias de Educação para a Cidadania, com vista a aprofundar o conhecimento e a compreensão sobre o problema das alterações climáticas, suas causas e implicações, e a contribuir ativamente para a criação de soluções inovadoras e criativas que tenham em conta os desafios multidimensionais do desenvolvimento.

Em Portugal, esta iniciativa é da responsabilidade do Comité Português para a UNICEF, em colaboração com a Direção-Geral da Educação.

Dirigida a crianças e jovens da educação pré-escolar ao ensino secundário, a iniciativa teve como objetivo promover junto da comunidade escolar:

- o conhecimento da agenda dos ODS;
- o interesse sobre as questões globais do desenvolvimento sustentável;
- atitudes e comportamentos de cidadania ativa e de resolução de problemas a nível local; e
- comportamentos ambientalmente sustentáveis que permitam combater os efeitos decorrentes das alterações climáticas.

• **Bgreen**

A APA - Agência Portuguesa do Ambiente acompanha [O Bgreen](#), um festival internacional de cinema ecológico, cujo objetivo é a produção de *spots* de vídeo, relacionados com a ecologia.

O público-alvo são alunos dos 13 aos 21 anos. Ao longo das suas 11 edições já contou com a participação de 28 países.



• **Projeto Lifestyle – DECO**

“Todos os dias fazemos escolhas sobre a forma como vivemos, viajamos, comemos, consumimos ou nos divertimos. Em resultado dessas escolhas diárias, cada um de nós, individualmente, é responsável por 72% das emissões globais de gases com efeito estufa lançados sobre o Planeta.”



A APA - Agência Portuguesa do Ambiente acompanha o [projeto PSLifestyle](#) – *Positive and Sustainable Lifestyle*, que tem por objetivo construir estilos de vida positivos e sustentáveis:

A meta é chegar a 4 milhões de cidadãos europeus, criando um movimento de cidadãos pela sustentabilidade, com especial foco em 4 dimensões: habitação, alimentação, mobilidade e consumo.

Em 2022 foram criados 2 Laboratórios:

- 1º Laboratório Vivo. Estilos de vida sustentáveis em Portugal: Caminhos e desafios; e
- 2º Laboratório Vivo: Sabe qual é a sua pegada carbónica?

- **CineEco**

Através do seu Projeto “APARTE”, a APA promoveu, pelo 9º ano consecutivo, uma Extensão de um dos mais reputados festivais internacionais de cinema de Ambiente, o [CineEco](#).

Como é apanágio, os filmes abordaram a temática ambiental, incluindo a EA. Após a visualização do filme, procede-se a um pequeno debate de reflexão.

32



- **Reciclar é a Nossa Praia 2022**

A APA é parceira da Novo Verde para o **projeto Reciclar é a Nossa Praia**.

A Novo verde é uma entidade gestora de resíduos de embalagens que em parceria com a Sailors for the Sea Portugal (SFSP) lançam o desafio sob o mote [“Reciclar é a Nossa Praia, International Coastal Cleanup Day”](#), com o objetivo de consciencializar os portugueses de como o seu comportamento impacta os mares e oceanos, convidando à recolha de resíduos nas praias e zonas costeiras.

- **Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas**

A APA e o ICNF, I.P. são parceiros do IPDJ para o Programa [Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas](#).



Este projeto promove práticas no âmbito da proteção da natureza, florestas e respetivos ecossistemas, através da sensibilização das populações em geral e da preservação contra os incêndios florestais e outras catástrofes com impacto ambiental, da monitorização e recuperação de territórios afetados.

• Concurso Nacional para Jovens Cientistas

O [Concurso Nacional para Jovens Cientistas](#) é uma competição de âmbito nacional, coorganizada pela Fundação da Juventude e pela Ciência Viva - Agência



Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica. A APA participa na avaliação dos projetos candidatos. Os principais objetivos do Concurso Nacional para Jovens Cientistas são:

- promover os ideais da cooperação e de intercâmbio entre jovens cientistas;
- estimular o aparecimento de jovens talentos nas áreas da Ciência, Tecnologia, Investigação, Inovação e Empreendedorismo, através da realização de projetos científicos inovadores nas escolas, incentivando o empreendedorismo qualificado e favorecendo o aproveitamento económico do conhecimento científico e tecnológico.



33

As principais áreas a apresentar projetos são biologia, ciências da terra e do ambiente, ciências da saúde, ciências sociais e económicas, engenharias e tecnologias, física.

• Outros projetos que a APA Apoia:

No âmbito da sua missão a APA apoia diferentes projetos, supervisiona os conteúdos técnico-pedagógicos, avalia candidaturas, seleciona as melhores práticas e iniciativas inovadoras de diferentes projetos.

- Bandeira Azul da Europa
- Eco XXI
- Eco-escolas
- Jovens Repórteres para o Ambiente
- Eco freguesias XXI
- *Green Key*
- Entre outros.

§ Contribuir para a implementação de Estratégias Nacionais com enfoque na Educação para o Desenvolvimento Sustentável

Ao longo do ano, quer as entidades que compõem o GTEAS quer a rede de docentes em mobilidade desenvolveram diferentes ações que contribuiriam para este objetivo, de realçar as seguintes.

● **Estratégia Nacional de Educação Ambiental**

Desde a sua aprovação, em Conselho de Ministros, a 8 de junho de 2017, a ENEA 2020 viu lançados, pelo **Fundo Ambiental**, **14 avisos** para projetos de educação ambiental.



A [ENEA2020](#) procurou concorrer de forma decisiva para a alteração de comportamentos dos portugueses, visando também a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Com efeito, **8** dos **17 ODS** estiveram intrinsecamente relacionados com a **ENEA**, sendo que os ODS **11** – Cidades e Comunidades Sustentáveis, **12** – Produção e Consumo Sustentável, **13** – Ação Climática e **15** - Proteger a Vida Terrestre foram os que estiveram presentes em mais avisos, como se mostra através dos seus 14 Avisos publicados (Tabela 2).

Tabela 2- ODS por Avisos 2017-2022	
	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar uma Nova Cultura Ambiental • Saúde de qualidade, água e cidades e comunidades sustentáveis • Estratégia Nacional Educação Ambiental 2022
	<ul style="list-style-type: none"> • Re-Educa: Educar para uma Economia Circular
	<ul style="list-style-type: none"> • Repensar Rios e Ribeiras • Nova Cultura Cívica Territorial • Apoiar uma Nova Cultura Ambiental • Saúde de qualidade, água e cidades e comunidades sustentáveis • Estratégia Nacional Educação Ambiental 2022
	<ul style="list-style-type: none"> • EduMove-te: Educar para a Mobilidade Sustentável • Promover o Uso Eficiente da Água • Repensar Rios e Ribeiras • Nova Cultura Cívica Territorial • Apoiar uma Nova Cultura Ambiental • Saúde de qualidade, água e cidades e comunidades sustentáveis • Estratégia Nacional Educação Ambiental 2022
	<ul style="list-style-type: none"> • Saúde de Qualidade e Cidades e Comunidades Sustentáveis • Produção e Consumo Sustentáveis • Re-Educa: Educar para uma Economia Circular • Apoiar uma Nova Cultura Ambiental • Promover o Uso Eficiente da Água • Produção e consumo • Estratégia Nacional Educação Ambiental 2022
	<ul style="list-style-type: none"> • EducarTe - Educar para o Território • EduMove-te: Educar para a Mobilidade Sustentável • Promover o Uso Eficiente da Água • Repensar Rios e Ribeiras • Nova Cultura Cívica Territorial • Apoiar uma Nova Cultura Ambiental
	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar uma Nova Cultura Ambiental
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o Uso Eficiente da Água • Repensar Rios e Ribeiras • Nova Cultura Cívica Territorial • Apoiar uma Nova Cultura Ambiental • Proteger a vida terrestre • Estratégia Nacional Educação Ambiental 2022

- **Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030) e Estratégia Nacional para as Florestas (ENF)**

A 20 de maio de 2022, em Queluz, foi lançada a **Missão Natureza 22** que pretende melhorar o estado de conservação dos valores naturais de Portugal, mobilizando as pessoas e organizações para um envolvimento ativo com a biodiversidade, através de ações de promoção e valorização do património natural. Neste evento participativo, entre muitas entidades, estiveram presentes a DGE e a APA. Esta missão tem 7 objetivos:

1. aumentar a perceção e a apropriação pública do património natural;
2. melhorar o estado de conservação do património natural;
3. vigiar e controlar espécies exóticas invasoras;
4. compatibilizar economia e biodiversidade;
5. reforçar as infraestruturas verdes e a conectividade ecológica
6. estimular a cooperação internacional; e
7. inovar no investimento em biodiversidade.



Foto: aspeto dos trabalhos da sessão de apresentação da Missão Natureza 22.

Assim, a 8 de julho de 2022, em Setúbal, teve lugar a sessão participativa totalmente dedicada ao objetivo 1 - **Aumentar a perceção e a apropriação pública do património natural**, com representantes de várias entidades, ONGA e empresas com trabalho na área da Educação Ambiental / Educação Ambiental para a Sustentabilidade, no sentido de propor ideias e sugestões sobre como alcançar este objetivo. Sessões

participativas sobre os restantes objetivos decorreram e decorrerão ao longo de 2022 e 2023.



Foto: aspeto dos trabalhos da sessão dedicada ao objetivo 1 no âmbito da Missão Natureza 22, onde surgem uma dos representantes da APA e a representante do ICNF, I.P. no GTEAS.

37

Com várias atualizações ao longo do ano, o Instituto disponibiliza *on-line* a sua [Oferta educativa e de lazer do ICNF, IP](#) (ver. 22.julho.2022), exceto alguns projetos e ações de educação ambiental com público já definido.

Prossegue o seu trabalho de produção e atualização dos [materiais informativos e educativos](#) disponíveis gratuitamente no seu sítio oficial e continua a promover a disponibilização de conteúdos digitais nos seus sítios (ex. [geocatálogo](#) e sítio do [lince-ibérico](#)) e redes sociais ([facebook](#), [youtube](#), [Instagram](#)), incluindo os de divulgação da marca [Natural.PT](#) “Património Vivo” ([facebook](#), [youtube](#) e [Instagram](#)).

As áreas protegidas, as matas nacionais, os viveiros florestais e outros serviços do ICNF, I.P. desenvolveram ou foram parceiros em várias atividades / projetos visando atingir os objetivos destas duas estratégias, que incluem desde a promoção da visita, a ações de reflorestação, controlo de espécies invasoras, atividades de voluntariado, *bioblitz*, *workshops*, exposições...

Em várias infraestruturas promove-se o conhecimento acerca das áreas da sua missão, com especial ênfase nas da floresta e da biodiversidade e com atividades vocacionadas para as escolas (ex. [Centro de Educação Ambiental do Vidoeiro](#), [Centro de Educação Ambiental da Sra. da Graça](#) e [Viveiro Florestal da Malcata](#), [Museu Oceanográfico do Portinho da Arrábida](#), [Centro de Educação Ambiental de Marim](#), Mata Nacional de Valverde e Viveiro Florestal de Monte Gordo).



Foto: atividade no Viveiro Florestal de Monte Gordo do ICNF, I.P., através da sua Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Algarve, em colaboração com o Agrupamento de Escolas D. José I de Vila Real de Santo António e a Escola Básica 1º e 2º CEB de Monte Gordo e inserida no Voluntariado Ambiental para a Água - Seiva 2021/2022.

De acordo com as orientações curriculares e em estreita colaboração com os(as) docentes, a sua Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Centro promoveu o projeto **O ICNF vai à Escola” - Educar para a Natureza e Florestas**, dirigido a crianças e alunos do ensino-pré-escolar ao 3º CEB, com o objetivo de:

“proporcionar o conhecimento e a consciencialização dos alunos acerca de temas que envolvem o ambiente, dentro da missão do ICNF, nas vertentes de conservação da natureza e florestas, levando à adoção de atitudes e comportamentos para salvaguardar e valorizar o património ambiental, numa relação sustentável entre as comunidades humanas e a natureza.”

As atividades foram desenvolvidas de forma interdisciplinar, mas com alguma componente lúdica, priorizando os seguintes eixos: experimentar; integrar; partilhar; e envolver.

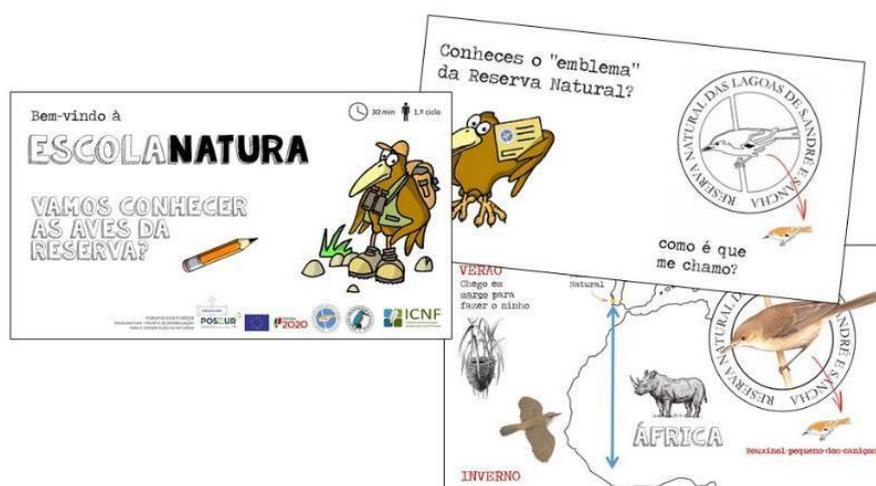
Para esse efeito, foram feitos acordos de parcerias com várias escolas da região Centro (Aveiro e Viseu), sendo dinamizadas atividades ao longo do ano letivo, englobadas em cinco grupos: palestras; oficinas; comemoração de efemérides; visitas; e concursos.



Fotos: trabalhos feitos pelos alunos no âmbito do projeto “O ICNF vai à escola”.

Na Mata Nacional de Leiria, 50 jovens ajudaram à sua recuperação plantando ali 500 pinheiros-bravos, numa parceria entre a Estrutura de Missão para as Comemorações do V Centenário da Circum-Navegação, comandada pelo navegador português Fernão de Magalhães | 2019-2022, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., a Marinha Portuguesa, a Câmara Municipal da Marinha Grande e a Agir Pelo Planeta (ver [notícia](#)).

O projeto [EscolaNatura](#) – **Projeto de Sensibilização para a Conservação da Natureza na Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha**, apoiado pelo POSEUR, decorreu de 2019 a 2022 e teve como base o [Centro Nacional de Educação Ambiental e Conservação da Natureza](#) (CNEACN), em implementação no Monte do Paio, tendo sido desenvolvidas atividades nas escolas e naquela reserva natural. A título de exemplo, participaram 1.045 alunos nas sessões presenciais no CNEACN em 2020-21 e 1.042 em 2021-22.



Imagens de parte de uma apresentação criada para as escolas no âmbito do projeto Escola Natura.

Entre outras iniciativas, este projeto promoveu um concurso de ideias para uma mascote dirigido a alunos(as) do 1.º Ciclo do Ensino Básico de escolas dos concelhos de Santiago do Cacém e de Sines, no qual participaram 121 crianças. Depois de trabalhada por *designers*, a mascote final foi apresentada na cerimónia de entrega de prémios.



Foto: cerimónia de entrega dos prémios do concurso de ideias vendo-se, à esquerda, a ideia vencedora e, à direita, a mascote depois de trabalhada por *designers*.

Dependendo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., o CNEACN visa incrementar a difusão de informação sobre a geodiversidade e a biodiversidade nacionais, bem como providenciar um local para promover a educação ambiental nessas vertentes, sendo uma sequência lógica das ecotecas criadas no séc. XX.

Na perspetiva de que juntos fazemos mais e melhor e seguindo o mote de **“O ICNF somos todos nós”** [#ICNFsomosTODOSnos](#) foram apoiadas diversas iniciativas, como o projeto [Alojamento Local para Aves](#), de que o Instituto é parceiro, e que visa promover a diversidade de avifauna em meio urbano no Algarve, tendo uma forte componente educativa ligada às escolas. Este projeto aborda quatro ODS incluindo o 3 - Vida saudável, o 4 - Educação de qualidade e o 15 - Ecossistemas terrestres e biodiversidade. Várias das estruturas regionais do ICNF deram também apoio a turmas participantes no [Escola Azul](#).

Através da sua Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas de Lisboa e Vale do Tejo esteve presente com um *stand* e atividades na FIC.A – Festival internacional de Ciência (12-17 out. 2021), no Palácio Marquês de Pombal, em Oeiras, visitada por milhares de alunos(as). À direita, mostrando diversos tipos de ovos, algo que desperta sempre muito a curiosidade das e dos alunos.





Ao longo do ano foram organizados vários *webinars* gratuitos e abertos ao público, incluindo docentes, e nas suas instalações estiveram patentes várias exposições, algumas que incluíram visitas guiadas e atividades para escolas.

À esquerda trabalhos realizados no âmbito da exposição itinerante **Íctiofauna nativa dos rios da região oeste**.

Tal como outras entidades do GTEAS, desde há longos anos que o ICNF, I.P. pertence à Comissão Nacional de vários projetos educativos, alguns desenvolvidos pelos(as) professores(as) destacados(as), caso dos programas Eco-escolas, Jovens Repórteres para o Ambiente, Bandeira Azul e ECOXXI. Através das suas Direções Regionais apoiou várias atividades das escolas participantes nestes e noutros projetos, buscando uma maior proximidade à realidade local e uma melhor gestão de recursos.



O ICNF, I. P. participou em várias atividades promovidas pelos professores destacados, caso da Conferência Nacional “Vamos cuidar do planeta”, organizada pela ASPEA - Associação Portuguesa de Educação Ambiental e de algumas ações de formação para docentes organizadas pela LPN - Liga para a Proteção da Natureza, bem como no seminário Eco-escolas, da ABAE - Associação Bandeira Azul da Europa.

Vários eventos foram divulgados nas redes sociais do instituto e, ao longo do ano letivo, foram enviadas informações diversas às e aos docentes destacados, visando apoiar o seu trabalho educativo.

O instituto tem ainda vários protocolos com ONGA e as Direções Regionais do ICNF, I.P., apoiam e dinamizam outras atividades com e para a comunidade escolar.



- *Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania*



A Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC) integra uma das prioridades definidas no Programa do XXI Governo Constitucional para a área da educação, tendo resultado da proposta elaborada e apresentada pelo Grupo de Trabalho de Educação para a Cidadania (Despacho n.º 6173/2016, de 10 de maio).

Esta Estratégia Nacional prevê a implementação da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento em todos os níveis de educação e ensino, respeitando os princípios, valores e áreas de competências enunciados no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Neste sentido, este documento estratégico “integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que, no futuro, sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor” (ENEC, 2017).

A estratégia está ancorada em documentos internacionais e nacionais de referência relativamente à educação para a cidadania e preconiza uma componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento. Com esta pretende-se que as e os alunos realizem aprendizagens conducentes à sua formação enquanto cidadãos e cidadãs ativos, numa perspetiva democrática, respeitadores da diversidade e dos direitos humanos, com vista ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Os diferentes domínios da Educação para a Cidadania estão organizados em três grupos, sendo que a educação ambiental e a educação para o desenvolvimento sustentável fazem parte do 1.º grupo, cujos temas são obrigatórios para todos os níveis de escolaridade.

§ Divulgação e dinamização ações/atividades com vista à promoção e divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



As ações/atividades de promoção dos ODS foram dinamizadas quer pelos professores da rede de docentes, no âmbito dos diferentes projetos que coordenam, quer pelas diversas entidades que compõem o GTEAS.

§ Participação no Grupo de Coordenação da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, na sua vertente de sensibilização e divulgação

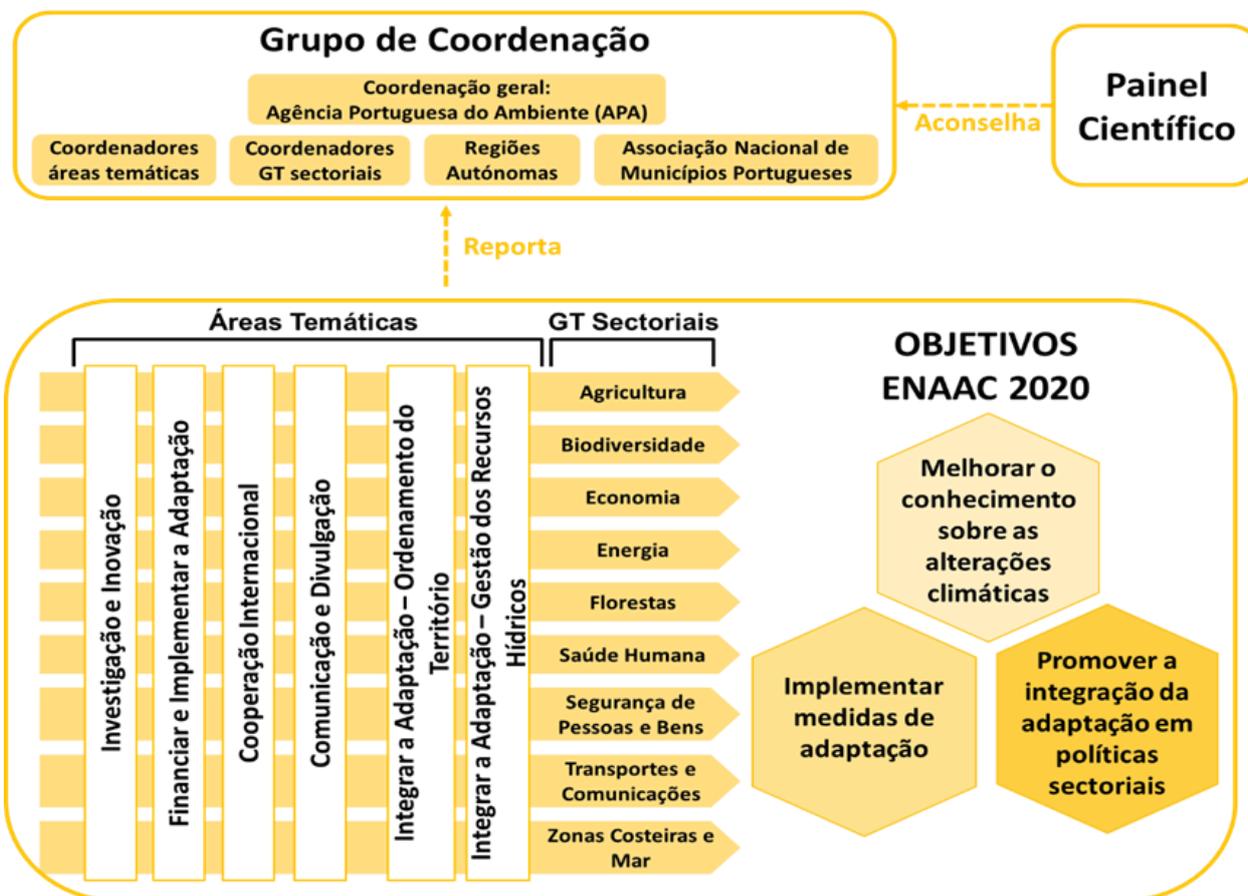
“A Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (EN AAC), agora prorrogada até 31 de dezembro de 2025, estabelece objetivos e o modelo para a implementação de soluções para a adaptação de diferentes sectores aos efeitos das alterações climáticas: agricultura, biodiversidade, economia, energia e segurança energética, florestas, saúde humana, segurança de pessoas e bens, transportes, comunicações e zonas costeiras.

Para este efeito, a EN AAC tem como objetivos melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas e promover a integração da adaptação às alterações climáticas nas políticas sectoriais e instrumentos de planeamento territorial. A EN AAC pretende ainda ajudar a administração central, regional e local e os decisores políticos a encontrar os meios e as ferramentas para a implementação de soluções de adaptação baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas.

A EN AAC integra seis áreas temáticas transversais a todos os sectores, i.e. investigação e inovação, financiamento e implementação, cooperação internacional, comunicação e divulgação, adaptação no ordenamento do território e adaptação na gestão dos recursos hídricos.

Cabe à APA coordenar a implementação da ENAAC e promover a sua atualização em função da evolução do conhecimento científico e das orientações comunitárias e internacionais na matéria.

A implementação da ENAAC é concretizada através de grupos de trabalho sectoriais e por área temática, coordenados pelos organismos relevantes da administração central e envolvendo os diversos agentes sectoriais.”¹



§ Integração no "Grupo Reporting" para elaboração das Comunicações Nacionais e Relatório Bienal, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas

Tal como é publicado na [Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019](#):

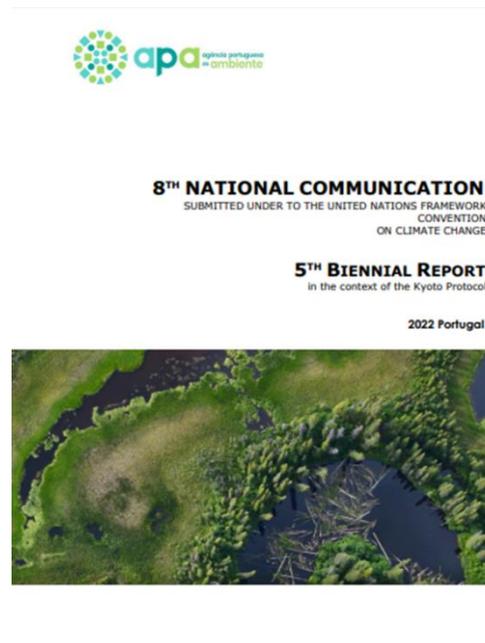
A urgência da ação climática tem vindo a ser assinalada pela sociedade em resultado da evidência científica que confirma que as alterações climáticas são um fenómeno do presente, com origem nas emissões de gases com efeito de estufa

¹ <https://apambiente.pt/clima/enquadramento>

(GEE) resultantes da atividade humana. Esta tendência tende a agravar-se se não houver uma ação climática imediata e efetiva.

A APA coordena o “Grupo Reporting” para elaboração das Comunicações Nacionais e Relatório Bial, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas.

5º Relatório Bial (2022), assim como a **8.ª Comunicação Nacional (8CN)**, encontram-se disponíveis no sítio da [APA](#).



§ Acompanhar e divulgar os projetos anuais dos docentes em mobilidade ao abrigo do protocolo ME-MA no ano letivo 2021/22

A rede de docentes em mobilidade no ano letivo 2021-22 teve 10 docentes alocados em igual número de Organizações Não-governamentais de Ambiente (ONGA) de âmbito nacional inscritas no [RNOE - Registo Nacional de ONGA e Equiparadas](#). Ficou assegurada uma cobertura a nível do continente português de docentes dinamizadores de projetos de Educação Ambiental para a Sustentabilidade (Figura 2).

Os critérios de seleção foram os aprovados em sede do GTEAS e divulgados atempadamente.

A rede de docentes desenvolveu múltiplas atividades, algumas ainda em regime *online* e outras já em formato presencial.



Figura 2: Distribuição da rede de docentes em mobilidade

Neste relatório constam algumas das ações desenvolvidas que pretendem exemplificar o trabalho pedagógico desenvolvido pelos 10 docentes/ONGA, ao longo do ano letivo.

O formato dos planos de atividades e dos relatórios desenvolvidos pelos docentes atesta a proposta do GTEAS que acompanha a execução deste protocolo de cooperação.

Apesar quer das assimetrias litoral/interior e urbano/rural quer do facto de refletirem realidades e dicotomias distintas, os projetos desenvolvidos pelos 10 docentes interligam-se numa lógica de intervenção nacional. Apesar da diversidade dos projetos, os alunos são o público-alvo com maior número de participantes, refletindo o trabalho desenvolvido com as comunidades escolares.

Para além dos participantes diretamente envolvidos há que ter em conta os profissionais, cuja participação tem um efeito multiplicador, como monitores de ATL, técnicos de entidades com funções ligadas à promoção de EA - CCDR, ICNF, I.P, etc.

Tabela 3: Total de participantes por tipologia

ONGA	Docente em mobilidade	Docentes	Alunos	Outros profissionais com efeito multiplicador*	População em geral	TOTAL
A Rocha	Paula Banza	99	1 167	12	837	2115
ABAE	Margarida Gomes	6 728	687 736	150	5 000	699 614
ASPEA	Joaquim Pinto	1 927	192 414	163	11 682	206 186
FAPAS	Isabel Fernandes	237	2 135	5	4	2 381
GEOTA	Carla Pacheco	1 008	5 553	65	770	835
LPN	Jorge Fernandes	554	4 114	31	1 539	6 238
QUERCUS	José Janela	1 170	76 278	69	53 202	130 719
SPBotânica	Susana Neves	550	11 305	16	2 000	13871
SPEA	Ana Esteves	166	1 954	3	69	2192
Tagis	Clarisse Ferreira	226	4 207	119	3 585	8 137
TOTAL		11 657	981 310	633	78 688	1 072 288

*(Monitores ATL, técnicos de entidades com funções ligadas à promoção de EA (CCDR, ICNF, I.P, etc.)

Esta é uma dinâmica que envolve, para além da comunidade educativa, cada vez mais entidades diversas quer a nível nacional quer regional.

Tabela 4: Entidades parceiras				
ONGA	Estabelecimentos de ensino	Municípios	Outras entidades	TOTAL
A Rocha	18	3	2	23
ABAE	4483	249	30	4762
ASPEA	2548	213	268	3029
FAPAS	39	26	3	68
GEOTA	220	40	6	266
LPN	206	61	18	285
QUERCUS	432	153	21	606
SPBotânica	260	2	10	272
SPEA	33	7	0	40
Tagis	165	76	72	313
TOTAL	8404	830	430	9664

*Nota: estes números são cumulativos. Muitas entidades, como os municípios, trabalham e desenvolvem parcerias com os diferentes docentes e projetos.

Nos anos letivos 2020-21 e 2021-22 a rede de docentes em mobilidade foi composta por 10 elementos, alocados em 10 ONGA. Os números de participantes envolvidos nestes 2 anos falam por si.

Tabela 5: participantes por ano letivo rede com 10 docentes					
Ano letivo	Docentes	Alunos	Outros profissionais	População em geral	TOTAL
2020-21	12 385	1 076 185	145 079	41 837	1 275 486
2021-22	11 657	981 310	633	78 688	1 072 288
Total	24 042	2 057 495	145 712	120 525	2 347 774

7 - AVALIAÇÃO DOS DOCENTES EM MOBILIDADE

Esta rede de docentes assume o papel de mediação entre as políticas estratégicas das tutelas (ENEA, ENEC, ENCNB 2030, ENF e o Referencial de EAS) e a aplicação concreta e no quotidiano das comunidades escolares.

O trabalho desenvolvido pelos docentes em mobilidade é acompanhado pelos diferentes organismos representados no GTEAS. Para além da participação direta, enquanto oradores e moderadores nos trabalhos dos principais eventos dinamizados pelos docentes, os representantes das tutelas do Ambiente e da Educação asseguram a participação constante nas sessões de abertura e/ou de encerramento daquelas iniciativas, corroborando a decisiva importância que os projetos e a mobilidade de docentes representam no desenvolvimento da dinâmica pública da educação ambiental.

Para se promoverem modelos demonstrativos e de inovação junto de todas as comunidades escolares, independentemente da sua dimensão ou efeito público, a partilha de recursos e metodologias é uma prática assente entre os docentes da rede. São exemplo as ações partilhadas no terreno, a conjugação de competências específicas em iniciativas, o apoio bibliográfico e a partilha de equipamentos.

Por outro lado, esta rede de docentes em mobilidade procura ainda auxiliar e motivar o trabalho de professores(as) e alunos(as) nas escolas, interpretando o exigido impulso na flexibilidade curricular.

A 26 de janeiro de 2022, realizou-se, via *zoom*, a reunião de apresentação dos Planos Anuais de Atividades dos docentes em mobilidade, que faz parte integrante das atividades do GTEAS.

Esta reunião inicial teve também como objetivo planear o ano letivo da rede de docentes. Cada docente partilhou com o grupo as principais metas do seu Plano Anual de Atividades (PAA).

Anualmente, os elementos do GTEAS acompanham pelo menos duas das principais ações dinamizadas pelos docentes. No ano letivo 2021/2022, algumas das ações que decorreram foram acompanhadas umas via plataforma digital outras presencialmente.

O relatório anual de atividades de cada um dos 10 docentes está anexo a este documento.

8 - CONCLUSÕES

As tutelas da Educação e do Ambiente, através dos seus organismos, reforçam o seu papel de referência, definindo conteúdos, reconhecendo novas abordagens e práticas inovadoras, bem como definindo bases e linhas estratégicas orientadoras de uma política nacional / agenda para a educação ambiental para a sustentabilidade. Na observância dos compromissos internacionais, como os *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*, tal ganhou expressão definitiva com um conjunto de instrumentos de política, nomeadamente a Estratégia Nacional de Educação Ambiental, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania, a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 e a Estratégia Nacional para as Florestas.

Os diferentes agentes em Portugal, quer públicos quer de iniciativa da sociedade civil, reforçam o compromisso acerca da prioridade que deve ser atribuída à educação ambiental, enquanto aprendizagem para uma forma de vida mais sustentável e instrumento essencial para um futuro mais consciente.

O esforço reiterado que tem sido feito na prossecução dos objetivos do protocolo de cooperação e nos eixos de ação do GTEAS tem permitido salvaguardar os compromissos gerais assumidos.

O reconhecido êxito da ENEA, enquanto estratégia e compromisso nacional para a Educação Ambiental, reforçou a responsabilidade e o compromisso dos seus agentes, emergindo crucial a sua continuidade. Face ao reconhecimento da sua atualidade no que respeita à sua estrutura, princípios, eixos temáticos e medidas parecem reunir-se condições para assegurar a sua natural extensão no tempo. A sugestão já aventada por diferentes agentes da sua prorrogação até 2030 (ENEA 2030) pode assumir-se como fórmula consensual.